

Bruno Garcia Redondo

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS

Prefácio: Teresa Arruda Alvim

Posfácio: Humberto Theodoro Júnior

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

R319n Redondo, Bruno Garcia.

Negócios Jurídicos Processuais Atípicos / Bruno Garcia Redondo – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

320 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3423-5.

1. Atos do processo em geral. 2. Direito Processual Civil. I. Redondo, Bruno Garcia. II. Título.

CDD 341.4631

1178215

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	23
INTRODUÇÃO.....	27
 <i>Capítulo 1</i>	
FASE METODOLÓGICA E IDEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	29
1.1. A relação entre as fases metodológicas e a ideologia do Direito Processual Civil.....	29
1.2. Fases metodológicas do Direito Processual Civil brasileiro.....	30
1.2.1. Fase imanentista (ou praxista): processo e ação na teoria unitária do ordenamento jurídico	30
1.2.2. Fase científica (ou processualismo): início do dualismo	33
1.2.3. Fase instrumentalista (ou instrumentalismo)	38
1.2.4. Fase contemporânea (“formalismo-valorativo” ou “neoprocessua- lismo”).....	40
1.2.5. Fase contemporânea e negócios processuais atípicos.....	46
1.3. Ideologia do Direito Processual Civil brasileiro.....	46
1.3.1. Privatismo	46
1.3.2. (Hiper)publicismo	48
1.3.3. A ideologia contemporânea do Direito Processual Civil: publicismo em um modelo cooperativo de processo.....	52
1.3.4. Ideologia contemporânea e negócios processuais atípicos	63
1.4. Princípio da adequação processual	64
1.4.1. Adequação legislativa (pela lei)	67
1.4.2. Adequação judicial (pelo juiz)	68
1.4.3. Adequação negocial ou convencional (pelas partes).....	72

Capítulo 2

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: ASPECTOS ESSENCIAIS.....	75
2.1. Teoria dos fatos jurídicos (substanciais e processuais)	75
2.1.1. Fato jurídico <i>lato sensu</i>	79
2.1.2. Fato jurídico <i>stricto sensu</i>	80
2.1.3. Ato-fato jurídico.....	81
2.1.4. Ato jurídico <i>lato sensu</i>	83
2.1.5. Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	83
2.1.6. Negócio jurídico	83
2.2. Negócio jurídico processual no Direito brasileiro.....	86
2.2.1. Conceito	86
2.2.2. Nomenclatura: negócios, convenções, acordos, pactos ou contratos?.	88
2.2.3. A categoria negócio jurídico processual antes do advento do Código de 2015	90
2.2.4. A categoria negócio jurídico processual após o advento do Código de 2015	96
2.2.5. Caráter normativo: fonte formal de Direito Processual	98
2.2.6. Negócios jurídicos processuais nos diplomas anteriores ao CPC/2015	99
2.2.7. Negócios jurídicos processuais no Código de 2015	104
2.2.7.1. Ampliação dos negócios típicos e generalização da atipicidade de negociação processual	104
2.2.7.2. Tramitação do PLC/SCD 8.046/2010 na Câmara dos Deputados: criação dos dispositivos de atipicidade de negociação processual e da calendarização processual.....	105
2.2.7.3. Desmembramento de dispositivos: interpretação para “salvá-los” da inconstitucionalidade formal	105
2.3. Cláusula geral de negociação processual: (sub)princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	107
2.4. Mudança de paradigma para a adequada interpretação do <i>caput</i> e do parágrafo único do art. 190: cláusula geral de atipicidade, viés interpretativo <i>in dubio pro libertate</i> e conservação dos negócios processuais.....	108
2.5. Direito intertemporal: negócios processuais celebrados antes do advento do CPC/2015	113
2.6. Negócios jurídicos processuais na legislação brasileira posterior a 2015.....	114
2.7. Notícia do direito estrangeiro sobre os negócios jurídicos processuais.....	115
2.7.1. Direito português.....	115

2.7.2. Direito francês	118
2.7.3. Direito italiano.....	123
2.7.4. Direito argentino.....	128
2.7.5. Direitos do Peru, do Uruguai e da Colômbia.....	131
2.7.6. Direito alemão.....	132
2.7.7. Direito norte-americano.....	134
2.7.8. Direito norueguês.....	136
2.7.9. Direito sueco.....	136
2.8. Classificação dos negócios jurídicos processuais	138
2.8.1. Negócios processuais típicos ou atípicos.....	138
2.8.2. Negócios processuais unilaterais ou plurilaterais	139
2.8.3. Negócios processuais comissivos ou omissivos	140
2.8.4. Negócios processuais expressos ou tácitos.....	140
2.8.5. Negócios processuais gratuitos ou onerosos	141
2.8.6. Negócios processuais comutativos ou aleatórios	142
2.8.7. Negócios processuais antecedentes ou incidentais.....	142
2.8.8. Negócios processuais endoprocessuais ou extraprocessuais	143
2.8.9. Negócios processuais dispositivos ou obrigacionais.....	143
2.9. Planos do negócio jurídico (“Escada Pontearna”): existência, validade e eficácia.....	143

Capítulo 3

EXISTÊNCIA E VALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS	147
3.1. Pressupostos de existência e requisitos de validade: panorama doutrinário	147
3.2. Natureza do regime jurídico: misto ou híbrido.....	148
3.3. Pressupostos de existência e requisitos de validade: nossa proposta	151
3.4. Pressupostos de existência e requisitos de validade	152
3.4.1. Agente (existência) capaz (validade)	152
3.4.2. Vontade autorregrada (existência) e livre (validade): considerações inclusive sobre vulnerabilidade e contrato de adesão.....	159
3.4.3. Objeto (existência) com juridicidade (validade).....	166

3.4.3.1. Limites subjetivos da juridicidade do objeto: legitimidade <i>ad actum</i>	168
3.4.3.2. Limites objetivos da juridicidade do objeto	170
3.4.3.2.1. Precisão, determinabilidade e possibilidade do objeto (validade)	170
3.4.3.2.2. Previsibilidade do objeto (validade)	171
3.4.3.2.3. Licitude do objeto (validade).....	174
3.4.3.2.3.1. Causa sobre direito que, preferivelmente, admita autocomposição (preferencial “disponibilidade” da <i>res in iudicium deducta</i>).....	174
3.4.3.2.3.1.1. Direito que admita autocomposição: expressão ampla (direitos “disponíveis” e “indisponíveis”).....	174
3.4.3.2.3.1.2. Relação entre a liberdade de negociação processual e o grau de interesse público tutelado no processo	178
3.4.3.2.3.1.3. Possibilidade de autocomposição do direito não é obrigatória, mas preferencial.....	179
3.4.3.2.3.1.4. Principais hipóteses de negócios processuais envolvendo interesse público ou direito coletivo	182
3.4.3.2.3.1.4.1. Negócio processual pela Fazenda Pública	182
3.4.3.2.3.1.4.2. Negócio processual pelo Ministério Público.....	193
3.4.3.2.3.1.4.3. Negócio processual pela Defensoria Pública	194
3.4.3.2.3.1.4.4. Negócio processual em demanda sobre direito coletivo.....	195
3.4.3.2.3.1.4.5. Negócio “institucional” de natureza mista (administrativa e processual)	199
3.4.3.2.3.2. Proporcionalidade ou razoabilidade do negócio processual	???
3.4.3.2.3.2.1. Descabimento de discricionário juízo de conveniência ou oportunidade pelo magistrado.....	205

3.4.3.2.3.3. Preferencial preservação do núcleo estritamente essencial de garantia fundamental processual	???
3.4.3.2.3.4. Preferencial observância de atos ultrapassados e situações processuais consolidadas ou adquiridas (prospectividade).....	???
3.4.3.2.3.5. Igual ou maior efetividade (da tutela jurisdicional ou de garantia constitucional) ou eficiência (da prestação jurisdicional)	???
3.4.4. Forma (existência) prevista ou não vedada no ordenamento (validade).....	219

Capítulo 4

EFICÁCIA, CONHECIMENTO, INTERPRETAÇÃO, CONTROLE, MODIFICAÇÃO, EXTINÇÃO E DESCUMPRIMENTO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ...	223
4.1. Plano da eficácia	223
4.1.1. Eficácia objetiva	223
4.1.1.1. Eficácia imediata como regra geral: princípio do respeito ao autorregramento da vontade das partes no processo	224
4.1.1.2. A excepcional exigência de homologação pelo juiz como condição de eficácia do negócio processual	227
4.1.1.3. Elementos acidentais dos negócios jurídicos aplicados ao direito processual	228
4.1.1.4. Alcance do plano da eficácia objetiva	230
4.1.2. Eficácia subjetiva (vinculação).....	232
4.2. Conhecimento dos negócios processuais: cognição de ofício ou mediante provocação.....	236
4.3. Interpretação dos negócios jurídicos processuais.....	238
4.4. Aparente conflito de vontades: negócio jurídico processual (adequação negocial) versus adequação judicial.....	242
4.5. Aplicação (subsidiária) dos negócios processuais atípicos em outras esferas, ramos e áreas.....	243
4.6. Autonomia do negócio processual em relação às demais cláusulas do negócio jurídico substancial (material)	246
4.7. Controle dos negócios jurídicos processuais	247
4.7.1. Controle, pelo juiz, dos negócios processuais.....	247
4.7.1.1. Objeto do controle judicial	247
4.7.1.2. Momento do controle judicial	249

4.7.1.3. Iniciativa para deflagração do controle judicial	251
4.7.1.4. Forma de solicitação, pelas partes, do controle judicial.....	252
4.7.1.5. Declaração de inexistência e decretação de nulidade de negócio já eficaz.....	254
4.7.2. Controle, pelas partes, das decisões judiciais relativas aos negócios processuais	257
4.7.2.1. Impugnação de decisão proferida em primeira instância.....	257
4.7.2.2. Impugnação de decisão proferida em tribunal.....	267
4.8. Modificação dos negócios jurídicos processuais	267
4.8.1. Cláusulas de indexação (reajuste ou adaptação automática)	268
4.8.2. Cláusulas de salvaguarda.....	268
4.8.3. Cláusulas de revisão	268
4.8.4. Cláusulas de prorrogação da duração ou de substituição de termo	268
4.8.5. Cláusulas de renegociação de boa-fé.....	269
4.9. Extinção dos negócios jurídicos processuais.....	270
4.9.1. Fatos <i>stricto sensu</i> extintivos: cessação involuntária dos negócios processuais.....	270
4.9.2. Atos <i>lato sensu</i> extintivos: encerramento voluntário dos negócios processuais.....	270
4.9.2.1. Revogação.....	271
4.9.2.2. Resolução	271
4.9.2.3. Resilição	272
4.9.2.4. Momento para extinção voluntária dos negócios processuais.....	273
4.10. Descumprimento (mora ou inadimplemento) dos negócios jurídicos processuais.....	274
CONCLUSÃO.....	277
POSFÁCIO	287
BIBLIOGRAFIA.....	291